

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Conexão covid

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acredita que a CPI dos Atos de 8 de janeiro será instalada na próxima semana. Vice-presidente da CPI da Covid, o senador é nome certo para integrar o colegiado que investigará os ataques golpista do início do ano. E chama atenção para a participação de bolsonaristas conhecidos: o tenente-coronel Mauro Cid e o coronel Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde.



Denise Rothenburg

Tempos de paz

Adversários nas prévias do PSDB para a presidência da República em 2022, o ex-governador João Doria e governador reeleito Eduardo Leite vivem tempos de paz (foto). Reunidos em Nova York para o encontro do Lide, eles deram mostra de que de que o tempo das disputas ficou para trás. Focado na atividade empresarial, Doria tem dito que não pretende voltar à vida pública. Eduardo Leite, por sua vez, está atento ao debate sobre arcabouço fiscal e às implicações aos estados, como o seu Rio Grande do Sul.

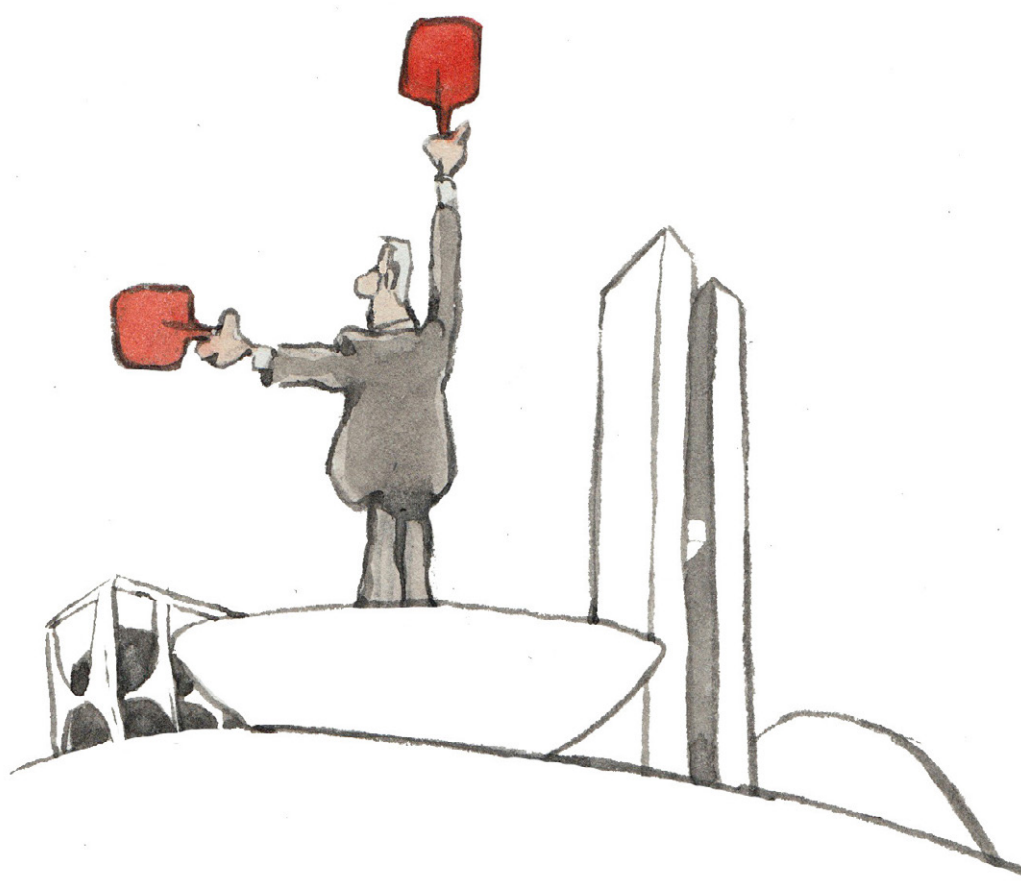
O novo aviso de Lira a Lula

Pela segunda vez, o presidente da Câmara enviou um alerta ao Planalto. No encontro do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em Nova York, o deputado Arthur Lira (PP-AL) deixou clara a insatisfação com o modo pelo qual o Executivo vem tratando assuntos caros ao Parlamento. Para justificar a derrubada dos decretos presidenciais sobre o saneamento, Lira lembrou que o Congresso não aceita recuos em assuntos já pacificados entre os parlamentares, como o Marco do Saneamento.

O recado de Lira reforça, ainda, a necessidade de o governo preparar uma base aliada capaz de defender as pautas do Planalto. Em um diagnóstico realista, o presidente

da Câmara lembrou que o Congresso, de tendência conservadora e liberal, não hesitará em fazer o contraponto a propostas de teor ideológico do governo Lula.

Ante os avisos reiterados de Lira, o governo prepara as moedas de troca para tentar obter apoio no Parlamento: liberação de emendas e de cargos. Os ministros palacianos e o próprio presidente da República tentam desatar o nó parlamentar. Ainda em Londres, na semana passada, Lula indicou como o governo deve atuar: "A coisa mais barata é cumprir o que a gente prometeu. Quando a gente abre a boca e prometer, temos de cumprir. Se não for cumprir, não prometa. Essa é a lição", comentou.



Divergentes

Enquanto o governador gaúcho tem um entendimento sobre contas públicas bem diferente do que está em análise no Congresso Nacional. Enquanto Leite defende sanções rigorosas para o descumprimento das regras fiscais, o relator da proposta de arcabouço fiscal na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), afirma que as punições não podem ser encaradas de "forma draconiana", como se fosse a única solução para os problemas fiscais.

Legião golpista

Com o voto do ministro Alexandre de Moraes desta terça-feira, pode chegar a 800 o número de réus no julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre os golpistas de 8 de janeiro. Os incitadores e os executores estão delineados. Falta esclarecer os financiadores. Os réus são acusados de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado contra o patrimônio da União; deterioração de patrimônio tombado.

Recuperação

Internada desde sábado com diagnóstico de covid-19, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deve receber alta amanhã. Segundo os médicos do Hospital das Clínicas em São Paulo, a paciente tem boa evolução clínica.

Rainhas

Em tempos de Putin e fake news, a obra de Rita Lee permanece mais atual do que nunca. Na voz de Elis Regina, a ironia da cantora mostra-se atemporal. "Alô alô marciano/ Aqui quem fala é da Terra/ Pra variar estamos em guerra/ Você não imagina a loucura/ O ser humano tá na maior fissura porque/ Tá cada vez mais down in the high society."

JUSTIÇA / A pedido da ministra Cármen Lúcia, integrantes do Supremo Tribunal Federal julgarão presencialmente as ações contra o ex-presidente relativas à pandemia. Toffoli já havia mandado arquivar uma das acusações

Bolsonaro e covid-19 na real

» RENATO SOUZA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que ações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado de cometer diversos crimes durante a pandemia da covid-19, sejam julgadas presencialmente pelos magistrados da corte. As acusações fazem parte do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as irregularidades do governo federal durante o período.

As ações estavam para julgamento no plenário virtual — espaço on-line onde os magistrados podem analisar processos. No entanto, Cármen Lúcia pediu destaque, ou seja, que o tema seja levado ao plenário físico, onde será analisado em sessão presencial e poderá ser transmitido ao vivo para todo o país.

Os ministros vão analisar uma decisão do relator, Dias Toffoli, que arquivou uma acusação da CPI da Covid contra Bolsonaro. O ex-presidente é acusado de violação de medida sanitária, por não usar máscaras durante a disseminação do vírus e por gerar aglomeração de pessoas nas ruas de Brasília em um momento em que estava em validade medidas de distanciamento social.

Toffoli acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) recomendando o arquivamento da ação.

Um recurso apresentado pelos senadores que integraram a comissão estava sendo analisado no plenário virtual. Estava 3 votos a 0 para confirmar a decisão de Toffoli, mas, com o pedido da ministra Cármen, o julgamento será retomado no plenário físico. O placar será zerado.

Juiz de garantias

Em outro caso de repercussão, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, agendou para 24 de maio o julgamento de quatro ações que discutem a figura do juiz de garantias, instrumento criado pelo Congresso Nacional em 2019 — e suspenso pelo ministro Luiz Fux em 2020.

O juiz das garantias é um magistrado que atua na fase de inquérito, quando é avaliada a necessidade de autorização de procedimentos para ajudar a polícia e o Ministério Público a apurar um caso, por exemplo.

Na prática, os processos penais passarão a ser acompanhados por dois magistrados — um juiz convencional e outro juiz de garantias, cujo foco é assegurar a legalidade das investigações e evitar excessos. O objetivo é tornar a prestação jurisdicional mais imparcial, já que a atuação na investigação poderia comprometer a imparcialidade do julgador.

Ao decidir pela suspensão do juiz de garantias, Fux apontou, entre outros pontos, que a proposta de lei, aprovada no pacote anticrime, deveria ter partido do Poder Judiciário, já que afeta o funcionamento da Justiça no país. Além disso, não havia previsão do impacto orçamentário dessa implementação de dois juizes por processo.

Ao suspender a análise, o ministro havia alegado ser necessário realizar audiências públicas sobre o assunto. Entidades como a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação dos Magistrados Brasileiros se posicionaram contrárias à figura do juiz de garantias.

ED ALVES/CB/DA Press



Bolsonaro, sem máscara, no 7 de Setembro de 2020: STF avaliará possível violação de medida sanitária

Telegram bate e causa reação imediata

» RENATO SOUZA
» ANDREA MALCHER
» RAFAELA GONÇALVES

Em meio às discussões sobre o PL 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, a plataforma Telegram comprou uma briga com o governo federal, o relator da proposta no Congresso Nacional e o Ministério Público Federal. Ontem, em uma mensagem compartilhada com milhões de usuários, a rede social afirmou que "a democracia está sob ataque no Brasil".

"A Câmara dos Deputados deverá votar em breve o PL 2630/2020, que foi alterado

recentemente para incluir mais de 20 artigos completamente novos que nunca foram amplamente debatidos", acusa a mensagem enviada pelo Telegram.

"Esse projeto de lei torna as plataformas digitais responsáveis por decidir qual conteúdo é 'ilegal' em vez dos tribunais — e fornece definições excessivamente amplas de conteúdo ilegal", critica o comunicado.

A empresa afirma ainda que as medidas previstas no projeto de lei podem criar um sistema de vigilância permanente, semelhante ao de países com regimes antidemocráticos. O texto lembra que o Brasil já possui leis para

lidar com as atividades criminosas na internet.

A reação foi imediata. O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que medidas legais estão sendo tomadas contra o Telegram. Ele considerou o texto da Telegram "um amontoado absurdo" contra as instituições brasileiras. "O que pretendem? Provocar um outro 8 de janeiro? Providências legais estão sendo tomadas contra esse império de mentiras e agressões", escreveu Dino nas redes sociais.

O relator do projeto de lei das Fake News, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), também se manifestou. "Qualquer empresa



Qualquer empresa pode participar dos debates públicos do Brasil, é legítimo. O que não pode é empresas utilizarem a sua estrutura para difundir fake news"

Orlando Silva
(PCdoB-SP), relator do PL das Fake News na Câmara

pode participar dos debates públicos do Brasil, é legítimo. O que não pode é empresas utilizarem a sua estrutura para difundir fake news, desinformação para tentar manipular a opinião pública e colocar o Parlamento de joelhos. Isso é inaceitável. Essa multinacional não tem direito de abusar do poder econômico, usar da sua estrutura para interferir de forma ilegítima no debate", criticou o deputado, em plenário.

O Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo enviou um ofício ao Telegram questionando o disparo de mensagens em massa. A rede social tem até dez dias para se manifestar.